

EDITAL Nº 2102993/2026

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/26

Contratante	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ) - UASG 927919
Objeto	AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4
Valor total da contratação	Orçamento sigiloso
Data da Sessão Pública	11/06/2026 - 11:00H
Critério de julgamento	MENOR PREÇO POR ITEM
Modo de disputa	Aberto
Preferência ME/EPP/equiparadas	Sim
Portal	www.compras.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETO
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8. FASE DE HABILITAÇÃO
9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. REGISTRO DE PREÇOS
11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. RECURSOS
16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
17. DISPOSIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/26

1. INTRODUÇÃO

1.1. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, torna público que, devidamente autorizada pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, **DR. FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.011469/2025**, será realizada licitação para REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ nº 1202, de 19 de janeiro de 2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, Resolução DPGERJ nº 1246, de 29 de fevereiro de 2024, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital.

1.2. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no dia e hora indicados no início deste Edital, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3. As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no portal da DPRJ (<https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Na forma do Art. 6, Inc. XXXVIII, combinado com o Inc. XLI da Lei Federal 14.133/21, o critério de julgamento escolhido para a contratação é o de " menor preço por item", sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item.

2. OBJETO

2.1. O objeto deste pregão é o **registro de preços para AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4** fim de atender às necessidades da DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O local e condições de recebimento do objeto licitado estão previstos no item 4 do Termo de Referência.

2.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso (art. 84 caput/ lei 14.133/2021).

2.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será a contar da data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial eletrônico da DPRJ.

2.5. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

2.6. O FORNECEDOR deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e de acordo com os prazos estabelecidos no item 4 do Termo de Referência.

2.7. As quantidades estimadas estão descritas no Anexo 1A do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.7.1. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

2.7.2. As quantidades dos itens indicadas no Termo de Referência são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela DPRJ durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes, com exceção do quantitativo indicado no item denominado quantidade mínima.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação neste certame **NÃO** é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (caso permitida a participação) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de

pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, preenchendo o Anexo IV deste Edital;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, preenchendo o Anexo VI deste Edital.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação).

4.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.4 (subitens) ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 156, e neste Edital, podendo resultar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12.2. apresentação de proposta com preço distinto para o mesmo item;

4.12.3. apresentação de proposta com quantitativo inferior ao total licitado e

4.12.4. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valores unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos

efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da ata.

6. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.1.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.1.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.1.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.1.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.1.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 6.1.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.1.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.1.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.1.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.1.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.1.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.1.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.1.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.1.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.1.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.1.11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (lances), serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/21.
- 6.1.11.7. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei nº 14.133/21, será realizado sorteio das propostas (lances) empatadas a ser realizado no sistema Compras.gov.br.

6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.2.1. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.2.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.2.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.2.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.2.7. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.2.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.2.7.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.2.7.3. Verificado o empate ficto, o(a) Pregoeiro(a) agendará o respectivo julgamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante publicação de aviso no sistema Compras.gov, informando a data e horário do evento.
- 6.2.7.4. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no item anterior não engloba a convocação realizada imediatamente após a etapa de disputa de preços.

6.2.7.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.2.7.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.2.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.2.8.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.2.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.2.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.2.8.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de *4 (quatro) horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.2.8.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.2.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Uma vez recebidos os documentos, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.1.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Durante a fase de lances será informado o valor estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado. Será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.

7.8.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo

segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos de habilitação são os indicados no item 9, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo V deste Edital
- 8.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.
- 8.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), conforme entendimento do Acórdão TCU nº 1211/2021 – Plenário, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
 - b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
 - c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
 - d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/02, deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
 - g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o Estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 9.2. **HABILITAÇÃO TÉCNICA**
- 9.2.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da sociedade empresária, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente aquisição, na forma do art. 67, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela DPRJ, desde que reste demonstrado o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento).
 - b) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, desde que seu somatório reste demonstrado o fornecimento de ao menos 20% do objeto do Termo de Referência, da forma acima descrita.
- 9.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
 - c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- f) declaração de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV deste Edital
- g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disciplina o art. 63 §1º da Lei nº 14.133/21.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme Anexo V deste Edital, relativo ao atendimento à lei 7.258/2016.

9.3.2. Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

9.3.2.1. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

9.3.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.3.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.5. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos:

9.5.0.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);

9.5.0.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

9.6. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

9.6.1. Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo VI - Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, empresário individual e cooperativas (caso permitida a participação) enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

9.7. AMOSTRAS

9.7.1. A apresentação de amostras, se solicitada, é disciplinada pelos itens 7.3.2 e 7.3.3 do Termo de Referência.

9.8. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

9.9. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Defensor Público Geral na hipótese de existência de recursos.

9.10. Se o licitante desatender às exigências previstas neste item, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10. REGISTRO DE PREÇOS

10.1. CADASTRO DE RESERVA

10.1.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

10.1.1.1. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

10.1.1.2. A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

10.1.2. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

- a) Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;
- b) Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

10.1.2.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b”, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

10.1.2.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a DPRJ realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.1.3. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 8 e 9, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

10.1.4. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) Cancelamento do registro do FORNECEDOR, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- b) Cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do FORNECEDOR.

10.2. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.2.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado total ou parcialmente quando:

- a) Forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

10.2.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 10.2.1 será formalizado por despacho da DPRJ, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

10.2.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10.3. ACEITAÇÃO DO OBJETO DA ATA

10.3.1. Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata, nos limites estabelecidos pela lei ou pela Ata de Registro de Preços.

10.3.3. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão definidos no subitem 4.2 do Anexo I – Termo de Referência.

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total da ata;
- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. não celebrar o Ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Ata/contrato;
- 11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Ata/contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

11.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos limites do art. 156, inciso III, §4º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos limites do art. 156, inciso IV, §5º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ 1202, de 19 de janeiro de 2023.
- 11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, , além da Resolução DPGERJ nº 1202/2023.
- 11.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no edital.
- 11.10. A aplicação das Sanções Administrativas (penalidades) devem observar também o exarado no item 12 do Termo de Referência.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: do endereço eletrônico nulic@defensoria.rj.def.br , até o final do último dia do prazo referido.
- 12.3.1. Tanto as respostas às impugnações quanto os pedidos de esclarecimentos serão divulgados no endereço eletrônico da DPRJ, www.defensoria.rj.def.br. ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Não sendo interposto recurso, o Subdefensor Público Geral de Gestão adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Defensor Público Geral adjudicará e homologará o procedimento.
- 13.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, eletronicamente, para a lavratura da Ata de Registro de Preços.
- 13.2.1. O prazo para assinatura da ata é de 72 (setenta e duas) horas após convocação.
- 13.2.2. Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores, e as condições a serem praticadas, conforme definido neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.
- 13.3. Como condição para a lavratura da Ata de Registro de Preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VII, em atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.11.
- 13.4. Na hipótese de não atendimento do item 13.3, poderá a DPRJ proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021.
- 13.5. Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, poderá o pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1.
- 13.6. Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.
- 13.7. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 13.8. Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 de 28/12/2017 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva se comprometem a proceder o imediato cadastro como usuário externo no sistema SEI! por meio do link "https://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0" , clicando em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", lendo atentamente o texto inicial apresentado e preenchendo o formulário em seguida. (dados solicitados)
- 13.8.1. Em seguida, os interessados deverão:
- 13.8.2. Baixar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade (https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Termo_de_Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Concord%C3%A3ncia_e_Veracidade.pdf);
- 13.8.3. Preencher e assinar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade;
- 13.9. O adjudicatário e os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta melhor classificada deverão optar entre encaminhar a documentação por via:
- 13.9.1. **Postal**, para o endereço: Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020-080), com os seguintes documentos:
- a) Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;
- b) Cópia autenticada em cartório do documento de identificação civil no qual conste CPF.
- 13.9.2. **Eletrônica**, para o endereço eletrônico: codoc@defensoria.rj.def.br, com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br, com o seguinte documento:
- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade original (digital) preenchido e assinado eletronicamente pelo próprio usuário externo, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2011 ou norma que venha a substituí-la. Neste caso, fica dispensada a apresentação do documento de identidade, uma vez que a autenticidade da assinatura será verificada pela validação da cadeia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
- 13.9.3. Na hipótese do item 13.9.2 - quando o documento for enviado por meio eletrônico (sem assinatura com certificado digital) -, a Coordenação de Gestão Documental estará autorizada a validar o cadastro do usuário externo desde que conste em processo eletrônico do SEI da DPRJ a seguinte documentação:
- a) Termo de declaração de concordância e veracidade original preenchido;
- b) Cópia de identidade;
- c) Documento no Sei assinado por usuário servidor ou defensor público da DPRJ, indicando que os documentos apresentados pelo usuário conferem com o original.
- 13.9.4. Para os membros de Entidades Públicas Federal, Estadual ou Municipal, a autenticidade do documento de identidade poderá ser suprimida mediante a apresentação da cópia de Ato de investidura do agente público na administração.
- 13.10. Verificar se os dados preenchidos estão corretos, confirmar e aguardar o recebimento do e-mail de confirmação;

13.10.1. Enviar o termo assinado junto com a cópia da identidade encaminhados de forma digital (digitalizado) para o e-mail codoc@defensoria.rj.def.br com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br.

13.11. O atendimento ao disposto no item 13.8 é condição indispensável para assinatura do contrato e/ou Ata de Registro de Preços com a DPRJ, devendo o cadastro ser realizado em até 03 (três) dias úteis da notificação, sob pena de se considerar recusa em assinar o instrumento.

13.12. Para fins de cumprimento das obrigações decorrentes das Atas de Registro de Preço, todas as notificações ao FORNECEDOR serão efetuadas no(s) endereços de e-mail cadastrado no sistema SEI! nos termos do item 13.8, inclusive notificações decorrentes de procedimentos destinados a apurar falhas na execução do objeto da ata visando a eventual aplicação de penalidades administrativas.

13.13. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o cadastro acima mencionado atualizado, devendo informar por escrito, quaisquer alterações do endereço de e-mail cadastrado para fins de recebimento de notificações.

13.14. As notificações às licitantes e adjudicatárias serão efetuadas no endereço de e-mail cadastrado no Compras.Gov; inclusive as decorrentes de procedimentos destinados a apurar a responsabilidade destes nos termos dos art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021, visando à aplicação de penalidade administrativa.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada e entregue, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente ao fornecimento, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação.

14.2. Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

14.3. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

14.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura/Nota Fiscal por culpa do FORNECEDOR, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

14.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao FORNECEDOR, sofrerão a incidência de atualização financeira com base no IPCA, nos termos do art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die. Aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.

14.6. O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

14.7. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

14.8. A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

14.9. Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

15. RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.defensoria.rj.def.br.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da DPRJ, <https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
Anexo I A (TR)	Especificações e Quantidades
ANEXO II	Proposta Detalhe
ANEXO III	Ata de Registro de Preços
Anexo I (Ata)	Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços
Anexo II (Ata)	Cadastro de Reserva
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
ANEXO V	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto na Lei 7.258/2016
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO VII	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
ANEXO VIII	Declaração de Inexistência de Penalidade
ANEXO IX	Modelo de Declaração em Atendimento ao § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021
ANEXO X	Documento de Oficialização de Demanda (DOD)
ANEXO XI	Estudo Técnico Preliminar (ETP)
ANEXO XII	Análise de Riscos



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 21/05/2026, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2102993** e o código CRC **207D0B69**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO EDITAL

ANEXO I A

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026.

ITEM ÚNICO					
Item	CATMAT	Especificações	Unidade de Medida	Quantidade Global Estimada	Quantidade Global Mínima a Ser Solicitada
01	461819	<p>Papel sulfite A4 75g/m². Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta e copiadora. Embalagem com proteção adequada contra umidade.</p> <p>Complemento do item:</p> <ol style="list-style-type: none"> As resmas deverão ser apresentadas em embalagens lacradas, as quais deverão constar a descrição técnica do material e em caixas com 10 (dez) resmas cada. Se a amostra for solicitada, ela deverá ser entregue juntamente com a ficha técnica e/ou declaração contendo informações sobre as descrições técnicas do produto. A embalagem deve incluir detalhes como especificações, data de fabricação, prazo de validade (se aplicável), quantidade, marca, número de referência, código do produto e dimensões. Faz parte da presente especificação, no que for aplicável, normas pertinentes à ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas e ao INMETRO. Comprovar mediante apresentação de amostra ou fôlder, conforme item 3.3 do Termo de Referência, que o produto a ser fornecido contém o selo FSC (Forest Stewardship Council), Cerflor, ou ainda outro selo similar que certifique que o produto é procedente de florestas manejadas de forma responsável. O produto ofertado deverá possuir diretamente na embalagem da resma, sem o uso de etiquetas e/ou encartes, ou seja, estar impressos a especificação do produto, a marca do fabricante e selo de certificação ambiental (CERFLOR, FSC, ou outro similar). <p>Forma de fornecimento: A critério da Coordenação de Material da DPRJ no todo ou em parte, a carga deverá ser unitizada no solo da entrega em local indicado pelo equipe responsável, em palete de madeira tipo PBR fornecido pela Contratada, respeitando o empilhamento máximo e devidamente envolvida com plástico filme transparente.</p>	Resma	30.000	20.000
<p>Marcas de Referência: Report, Copimax, One e ChameX.</p> <p>Serão aceitas ofertas de outras marcas, devendo salvaguardar necessariamente a equivalência, a similaridade, ou apresentar especificações de melhor qualidade que as indicadas, inclusive devendo atender todas as exigências de certificação.</p>					

ANEXO II

PROPOSTA DETALHE

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL			ANEXO II			
PROPOSTA DETALHE			Licitação por Pregão Eletrônico nº 90010/26			
			A Realizar-se: 11/06/2026, às 11:00H			
			Processo nº E-20/001.011469/2025			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL.			CARIMBO DA FIRMA			
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (CATMAT)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	MARCA/MODELO	PREÇO (R\$)
						UNIT. TOTAL

01	461819	<p>Papel sulfite A4 75g/m². Resma de papel formato A4, pacote com 500 folhas, dimensões 210 x 297 mm, gramatura 75g/m², 100% branco, para uso diverso em impressora laser ou jato de tinta e copiadora. Embalagem com proteção adequada contra umidade.</p> <p>Complemento do item:</p> <ol style="list-style-type: none">1. As resmas deverão ser apresentadas em embalagens lacradas, as quais deverão constar a descrição técnica do material e em caixas com 10 (dez) resmas cada.2. Se a amostra for solicitada, ela deverá ser entregue juntamente com a ficha técnica e/ou declaração contendo informações sobre as descrições técnicas do produto. A embalagem deve incluir detalhes como especificações, data de fabricação, prazo de validade (se aplicável), quantidade, marca, número de referência, código do produto e dimensões.3. Faz parte da presente especificação, no que for aplicável, normas pertinentes à ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas e ao INMETRO.4. Comprovar mediante apresentação de amostra ou fôlder, conforme item 6 do Termo de Referência, que o produto a ser fornecido contém o selo FSC (Forest Stewardship Council), Cerflor, ou ainda outro selo similar que certifique que o produto é procedente de florestas manejadas de forma responsável.5. O produto ofertado deverá possuir diretamente na embalagem da resma, sem o uso de etiquetas e/ou encartes, ou seja, estar impressos a especificação do produto, a marca do fabricante e selo de certificação ambiental (CERFLOR, FSC, ou outro similar). <p>Forma de fornecimento: A critério da Coordenação de Material da DPRJ no todo ou em parte, a carga deverá ser unitizada no solo da entrega em local indicado pelo equipe responsável, em palete de madeira tipo PBR fornecido pela Contratada, respeitando o empilhamento máximo e devidamente envolvida com plástico filme transparente.</p> <p>VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:</p>	Un	30.000			
<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</p> <p>- conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.</p> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.</p>			<p>Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____/____/____.</p> <p>FIRMA PROPONENTE</p>				
DATA / /			FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				

<div>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</div> <div>PROPOSTA DETALHE</div>			<div>ANEXO II</div> <div>Licitação por Pregão Eletrônico nº 90010/26</div> <div>A Realizar-se: 11/06/2026, às 11:00H</div> <div>Processo nº E-20/001.011469/2025</div>			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL			CARIMBO DA FIRMA			
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO	
					UNIT.	TOTAL

	<div>DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE: Banco (Nome/Número) Ag. (Nome/número) Conta Corrente nº: INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ CNPJ: 31.443.526/0001-70 INSC. ESTADUAL: ISENTO END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080.</div>				
Observações 1ª A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. 2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente. 4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.	Prazo para execução: Conforme ANEXO I. Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. <div>Em: / /</div>				
	DATA / /	FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL			

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4 QUE FIRMAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, I FORNECEDOR ABAIXO INDICADO.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, representada neste ato pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, **DR. FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, a sociedade empresária situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.011469/2025** que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ nº 1202/2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, Resolução DPGERJ nº 1246, de 29 de fevereiro de 2024, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4** a fim de atender às necessidades da DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, conforme as especificações contidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital e na Proposta de Preços - Anexo II do Edital, assim como, as informações reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro: A contratação com o **FORNECEDOR** registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **DPRJ** de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quarta, com exceção da quantidade mínima prevista no Anexo 1A do Termo de Referência (Anexo I do Edital), que será necessariamente adquirida.

Parágrafo Segundo: A lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação dos itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto da contratação, desde que devidamente justificada, sendo assegurada preferência ao **FORNECEDOR** registrado em igualdade de condições, assim como ao **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, na forma da cláusula décima quinta.

Parágrafo Terceiro: A Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada na página eletrônica da **DPRJ**, assim como, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizada durante a sua vigência

Parágrafo Quarto: Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS LOCAIS DE ENTREGA

Os locais de entrega do objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO

As quantidades estimadas para a contratação estão descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

a) previsão de aquisição pela **DPRJ**: Conforme Termo de Referência e seu anexo – Anexo I do Edital.

Parágrafo Primeiro: As quantidades dos itens indicadas na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela **DPRJ** durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo: Não obstante a estimativa da previsão de aquisição descrita na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, ao longo da validade da Ata de Registro de Preços, as quantidades mínimas estabelecidas no Anexo I A do Termo de Referência – Anexo I do Edital serão adquiridas.

Parágrafo Terceiro: É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE ENTREGA

O FORNECEDOR deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e de acordo com os prazos e condições estabelecidas no item 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços. Após a renovação de prazo da Ata de Registro de Preços na forma da Cláusula Sétima, Parágrafo único deste documento, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pelo FORNECEDOR os preços registrados poderão ser reajustados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a aplicação da variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ou em outro índice setorial que venha porventura a substituí-lo, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro: O preço unitário de cada item engloba todas as despesas relativas ao objeto da ata, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento será considerada.

Parágrafo Segundo: O objeto deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de fabricação.

Parágrafo Terceiro: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo a **DPRJ** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Quarto: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **DPRJ** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Quinto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a **DPRJ** poderá:

a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os **FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA**, mencionados na cláusula décima quinta, para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sétimo: Não havendo êxito nas negociações, a **DPRJ** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D.O. eletrônico da **DPRJ**.

Parágrafo primeiro: O prazo da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período, mediante justificativa técnica formal da área competente e comprovação de que os preços registrados continuam vantajosos à Administração, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação não implica renovação automática dos quantitativos remanescentes.

Parágrafo segundo: Renovando-se o prazo, o quantitativo inicialmente registrado também poderá ser renovado, zerando o saldo remanescente.

CLÁUSULA OITAVA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

CLÁUSULA NONA: CONTRATAÇÃO PELA DPRJ

Compete à **DPRJ** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro: A contratação realizada pela **DPRJ** será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: A **DPRJ** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder a consulta aos Cadastros de Fornecedores penalizados, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência - Anexo I do Edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

Parágrafo Segundo: A execução da ata será acompanhada por gestor designado pela **DPRJ**.

Parágrafo Terceiro: Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão definidos no subitem 4.2 do Anexo I – Termo de Referência.

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da ata não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução da ata.

Parágrafo Quinto: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão da **DPRJ**.

Parágrafo Sexto: Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constante neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da notificação enviada para o e-mail, da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Sétimo: O fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Oitavo: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade do **FORNECEDOR**, nem o exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados pela **DPRJ**, à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura/Nota Fiscal referente ao fornecimento, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

Parágrafo Segundo: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

Parágrafo Terceiro: Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Parágrafo Quarto: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quinto: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **DPRJ**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Sexto: O **FORNECEDOR** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

Parágrafo Sétimo: Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

Parágrafo Oitavo: A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA DPRJ

Constituem obrigações da **DPRJ**:

- efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente ata;
- exercer a fiscalização da execução do objeto;
- receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e na ata, se houver;
- Além das previstas no subitem 6.1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Constituem obrigações do **FORNECEDOR**:

- entregar o objeto, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- entregar o objeto da ata sem qualquer ônus para a **DPRJ**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto da ata;
- comunicar ao Fiscal da ata, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **DPRJ** ou terceiros;
- deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da DPRJ ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução da Ata de Registro de Preços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de Lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela DPRJ a tais documentos.
- Além das previstas no subitem 6.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Parágrafo Único: Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESPONSABILIDADE

O **FORNECEDOR** é responsável por danos causados à **DPRJ** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CADASTRO DE RESERVA

Fazem parte do Cadastro de Reserva os fornecedores que aceitaram reduzir, na licitação, seus preços ao valor da proposta mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, conforme informações reunidas no Anexo II - Cadastro de Reserva.

Parágrafo Primeiro: Estão registrados na Ata de Registro de Preços, após o registro dos preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, ora designado **FORNECEDOR**, os preços e quantitativos dos que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual aquele, ora designado **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, segundo os critérios do Edital.

Parágrafo Segundo: A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a **DPRJ** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

Parágrafo Terceiro: O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do **FORNECEDOR** na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, causado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do *caput* será formalizado por despacho da **DPRJ**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do **FORNECEDOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da ata;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Ata/contrato;
- i) fraudar a licitação eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Ata/contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - j.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Parágrafo Segundo: O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta da alínea "a" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações das alíneas "a" a "l" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "l" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Parágrafo Terceiro: Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Quarto: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Sexto: A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Sétimo: A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPRJ n.º 1202, de 19 de janeiro de 2023.

Parágrafo Oitavo: A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo Nono: A aplicação das Sanções Administrativas (penalidades) devem observar também o exarado no item 12 do Termo de Referência.

Parágrafo décimo – A apuração das infrações às cláusulas da ata e edital observará o contraditório e a ampla defesa e seguirá o procedimento previsto na Resolução DPGE 1.202 de 18 de janeiro de 2023

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ão) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, a presente é assinada eletronicamente pelas partes.

ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / ____ DPRJ:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4

FORNECEDOR:

ITEM:

ITEM	CATMAT	BEM / MATERIAL /PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA*	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO

ANEXO II (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

CADASTRO DE RESERVA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL A4

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa _____ situada na Rua_____, Bairro_____, Cidade_____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por_____, cédula de identidade nº_____, domiciliada na Rua_____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa _____ situada na Rua_____, Bairro_____, Cidade_____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por_____, cédula de identidade nº_____, domiciliada na Rua_____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa _____ situada na Rua_____, Bairro_____, Cidade_____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por_____, cédula de identidade nº_____, domiciliada na Rua_____, Cidade _____;

Lote/Item:

Fornecedor	Item

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE 90010/26, promovido por essa DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo) – CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO À LEI 7.258/2016

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90010/26, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto na Lei 7.258/2016, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.) , portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90010/26, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro também, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Nº 14.133/21.

..... (data)
..... (representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa. Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretendem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital nº 90010/26, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À Comissão de Pregão a/c Sr. Pregoeiro (a)

Referente ao Pregão Eletrônico DPRJ nº 90010/26

_____, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na(endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador(a) da cédula de identidade nº , expedida por , DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO § 1º, ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90010/26**, promovido por esta DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo), CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, possui aptidão financeira para a execução da ATA e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ANEXO X

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD)

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2026.

Diretoria: Diretoria de Material, Patrimônio e Transporte
Órgão demandante: Coordenação de Material

Diretoria: Diretoria de Material, Patrimônio e Transporte																
Responsável pela demanda: Luiz Gustavo de Moraes Carmo	Id funcional: 999813242															
E-mail: comat@defensoria.rj.def.br	Telefone: (21) 2332-6302															
1. Identificação da demanda: Solicita-se a aquisição de papel A4, item essencial para o suporte das atividades administrativas e finalísticas da Defensoria Pública.																
2. Justificativa para a demanda: A presente aquisição de papel A4 fundamenta-se na necessidade impreterível de garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência das atividades institucionais da DPRJ, servindo de suporte essencial para documentos jurídicos, administrativos e para o atendimento direto aos assistidos. Para além do uso cotidiano, a especificação técnica do material é estratégica para assegurar a compatibilidade com o parque de impressoras institucional, prevenindo danos prematuros aos equipamentos e garantindo a produtividade das equipes, em estrita observância aos princípios constitucionais da eficiência e da continuidade do serviço público. Sob a ótica do dimensionamento da demanda, o quantitativo pleiteado sustenta-se em parâmetros objetivos e dados históricos de consumo, tendo como base a média anual de 41.000 resmas verificada nos últimos 3 anos (2023-2025), o que permite uma projeção realista da necessidade operacional. Considera-se, ainda, a tendência de crescimento da demanda decorrente da expansão das frentes de atuação da Defensoria, guardando a devida proporcionalidade com a aquisição realizada no contrato anterior (Contrato nº E-20/001.011492/2023), o que assegura que o volume solicitado é estritamente necessário para suprir o fluxo contínuo e crescente da instituição sem riscos de desabastecimento.																
3. Demonstrativo de que a contratação está prevista no PCA: A contratação pretendida já se encontra efetivamente inserida no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme registrado no processo administrativo E-20/001.004545/2025.																
4. Estimativa da Quantidade de Material a ser contratado <table><tr><th colspan="5">ITEM</th></tr><tr><th>Item</th><th>CAT. MAT.</th><th>Especificações</th><th>Unidade de Medida</th><th>Quantidade Estimada</th></tr><tr><td>01</td><td>461819</td><td>Papel sulfite A4 75g/m².</td><td>Resma</td><td>30.000</td></tr></table>		ITEM					Item	CAT. MAT.	Especificações	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	01	461819	Papel sulfite A4 75g/m².	Resma	30.000
ITEM																
Item	CAT. MAT.	Especificações	Unidade de Medida	Quantidade Estimada												
01	461819	Papel sulfite A4 75g/m².	Resma	30.000												
5. Previsão de elementos indispensáveis: <ul style="list-style-type: none">Formato: A4 (210 mm x 297 mm)Gramatura: 75 g/m²Tipo de papel: Sulfite, branca, própria para impressão e cópia em impressoras a laser e jato de tintaQuantidade prevista: 30.000 Resmas.Qualidade: Atender às normas da ABNT ou outras normas aplicáveisCor: BrancaAcabamento: Lisa, sem revestimento especialEmbalagem: Resmas embaladas individualmente, lacradas, para preservação da qualidade																
6. Indicação dos servidores que serão designados para a Fiscalização dos Contratos e seus substitutos: Fiscais Titulares: 1) Luiz Gustavo de Moraes Carmo — Matrícula: 30963946 - Coordenação de Material (Comat) 2) Samira Galdino de Miranda — Matrícula: 30959381 - Coordenação de Material (Comat) 3) Fiscal Substituto - Pedro Henrique Alves Truta — Matrícula: 30959373 - Coordenação de Material (Comat)																
Responsável pela formalização da demanda:	Local e data:															
Nome: Luiz Gustavo de Moraes Carmo Id. Funcional: 999813242	Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 2026															

ANEXO XI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ETP)

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO EDITAL

ANEXO XII

ANÁLISE DE RISCOS

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2026.

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.011469/2025

1 – RISCOS NA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, RELACIONADOS A FALHAS NA DOCUMENTAÇÃO, DEFINIÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE CUSTOS.

Risco 01: Insuficiência na elaboração dos documentos técnicos.

Probabilidade:		Média
Id	Dano	Impacto
1.1	A insuficiência ou inadequação da especificação técnica poderá comprometer a adequada compreensão do objeto pelos potenciais fornecedores, ocasionando a apresentação de propostas desalinhadas às necessidades da Administração.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.2	Elaboração detalhada do Termo de Referência com o apoio de equipe técnica especializada, garantindo clareza, precisão e alinhamento às reais necessidades do órgão.	COMAT/NUPE
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.3	Revisão imediata do Termo de Referência e republicação do edital, se necessário.	COMAT/NUPE/NULIC

Risco 02: Inadequação do objeto frente à necessidade da Administração

Probabilidade:			Baixa
Id	Dano	Impacto	

2.1	<p>A definição inadequada das especificações técnicas do papel A4 pode resultar na aquisição de produto incompatível com o parque de impressoras da Administração ou com o padrão de uso institucional. Tal inadequação pode se materializar, por exemplo, na especificação insuficiente, ocasionando papel com maior índice de atolamento, baixa opacidade ou gramatura inadequada, comprometendo a produtividade e elevando custos de manutenção; ou na especificação excessiva, que restrinja indevidamente a competitividade do certame, com potencial aumento de preços e redução do número de licitantes. Esses fatores podem acarretar aplicação ineficiente dos recursos públicos e prejuízo ao atendimento do interesse público.</p>	Alto
-----	---	------

Id	Ação Preventiva	Responsável
----	-----------------	-------------

2.2	<p>A ação preventiva consistirá na elaboração do Estudo Técnico Preliminar com análise detalhada da demanda de papel A4, contemplando a verificação da compatibilidade das especificações pretendidas com o parque de impressoras existente, a avaliação das alternativas técnicas disponíveis no mercado, a comparação das especificações propostas com o histórico de consumo, o desempenho e eventuais registros de falhas do papel atualmente utilizado, tais como ocorrências de atolamento ou desgaste prematuro, quando tais informações estiverem disponíveis, bem como a verificação das práticas adotadas em contratações públicas similares.</p>	COMAT/DMPT
Id	Ação de Contingência	Responsável

2.3	Revisão técnica do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, com reavaliação das especificações do papel A4 à luz do desempenho observado, do histórico de consumo e das condições do parque de impressoras, promovendo, se necessário, ajustes nas exigências técnicas ou o replanejamento do certame, assegurando conformidade legal, preservação da competitividade e adequada aplicação dos recursos públicos.	COMAT/NUPE
-----	--	------------

Risco 03: Ausência de parcelamento do objeto quando técnica e economicamente viável		
Probabilidade:		Baixa
Id	Dano	Impacto
3.1	Pode implicar restrições à competitividade, dificultando a participação de fornecedores de menor porte e, consequentemente, contrariando os princípios da economicidade e da isonomia previstos na legislação vigente.	Médio
Id	Ação Preventiva	Responsável
3.2	Realização de análise preliminar quanto à viabilidade de parcelamento do objeto da contratação, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e Súmula 247 do TCU, visando assegurar maior competitividade entre os fornecedores e otimização dos recursos públicos.	COMAT/DMPT
Id	Ação de Contingência	Responsável

3.3	Revisão do Termo de Referência e, quando cabível, republicação com adequado fracionamento do objeto, de modo a assegurar conformidade com a legislação aplicável, otimização dos recursos públicos e ampliação da competitividade entre os fornecedores.	NUPE/NULIC
-----	--	------------

2 – RISCOS DA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
Risco 04: Questionamentos administrativos decorrentes de vícios ou contradições técnicas no instrumento convocatório.		
Probabilidade:		Média
Id		Impacto
4.1		Médio
Identificação de vulnerabilidades, contradições ou lacunas na redação do instrumento convocatório e de seus anexos, passíveis de questionamentos administrativos ou judiciais que possam impedir o regular prosseguimento do procedimento.		
Id		Responsável
4.2		COMAT/NUPE/NULIC
Promover a conformidade do instrumento convocatório e de seus anexos por meio de revisão detalhada, assegurando sua consistência técnica e jurídica e a plena aderência ao ordenamento vigente.		
Id		Responsável
4.3		NULIC
Promover o saneamento integral do instrumento convocatório, mediante acolhimento fundamentado das razões de impugnação, retificação das cláusulas inconsistentes ou viciadas e restituição dos prazos publicitários, assegurando estrita observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade e segurança jurídica.		

Risco 05: Estabelecimento de cláusulas restritivas e exigências habilitatórias desproporcionais, com prejuízo à ampla competitividade e à isonomia.		
Probabilidade:		Média
Id		Impacto

5.1	Imposição de obrigações declaratórias desproporcionais, capazes de onerar excessivamente a participação dos licitantes, gerando restrição indevida ao certame e aumentando a probabilidade de licitação deserta ou fracassada. Exemplos: exigência de atestados com quantitativos excessivos, necessidade de marcas/linhas específicas, ou documentação incompatível com o porte/logística esperada.	Médio
Id	Ação Preventiva	Responsável
5.2	Adotar modelos padronizados de minutas e check-lists de habilitação, submetidos à análise jurídica prévia e estruturados de acordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de modo a reduzir riscos de exigências desproporcionais, evitar impugnações e assegurar a regularidade do certame.	NULIC
Id	Ação de Contingência	Responsável
5.3	Proceder ao saneamento do instrumento convocatório mediante supressão ou simplificação de cláusulas restritivas, assegurando a republicação do certame com reabertura dos prazos legais, de modo a garantir ampla competitividade, conformidade com o ordenamento jurídico e segurança do procedimento licitatório.	NULIC

Risco 06: Exigência de apresentação de amostras desprovida de fundamentação técnica e jurídica		
Probabilidade:	Baixa	
Id	Dano	Impacto

6.1	Exigência imotivada de amostras, gerando potencial barreira à competitividade e sujeitando o certame a impugnações ou ao risco de licitação deserta, em razão do ônus financeiro e logístico imposto aos licitantes.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
6.2	Substituir a exigência de amostras pela análise de catálogos, fichas técnicas e laudos de conformidade do fabricante, utilizando meios documentais para aferir as características do papel A4.	COMAT/DMPT
Id	Ação de Contingência	Responsável
6.3	Justificar tecnicamente a manutenção da dispensa de amostras com base na suficiência da análise documental e na ausência de histórico de falhas que exijam prova física do material.	COMAT

Risco 07: Seleção ineficaz em razão da fixação de preço de referência inferior ao praticado, obtido a partir de cotação que não refletiu os valores médios de mercado, resultando no afastamento entre o preço referencial e os preços efetivamente praticados.		
Probabilidade:	Baixa	
Id	Dano	Impacto
7.1	Caso a seleção reste infrutífera, devido ao baixo preço de referência, poderá provocar licitação deserta ou fracassada.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
7.2	Realização de pesquisa a fornecedores e utilização de preço mediano, desprezando-se a influência de valores extremamente altos ou baixos.	NUPEMC
Id	Ação de Contingência	Responsável
7.3	Revisão dos preços e republicação do aviso.	NUPEMC/NULIC

3 – RISCOS DA FASE DE EXECUÇÃO: GESTÃO DA ATA		
Risco 08: Descumprimento dos prazos contratuais de entrega e execução.		
Probabilidade:		Média
Id		Impacto
8.1	O descumprimento dos prazos pactuados compromete a continuidade assistencial e administrativa, podendo ocasionar interrupção das atividades finalísticas e prejuízo à eficiência operacional do órgão.	Alto
Id		Responsável
8.2	Consolidar no Termo de Referência o cronograma de suprimento vinculado a cada ordem de fornecimento, estipulando prazos fatais para entrega e parâmetros técnicos rigorosos para o aceite ou recusa imediata do objeto, assegurando a precisão do controle de prazos.	COMAT
Id		Responsável
8.3	Ativar medida de contingência logística adicional mediante o remanejamento interno de materiais e estoques entre unidades, visando suprir demandas críticas, concomitantemente à instauração de processo administrativo sancionador para aplicação de penalidades contratuais.	Equipe de Fiscalização

Risco 09: Inadimplemento contratual absoluto ou relativo, caracterizado pela inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas.		
Probabilidade:		Média
Id		Impacto
9.1	A interrupção do fornecimento ou da prestação dos serviços compromete a continuidade de atividades finalísticas críticas, ocasionando prejuízo difuso ao interesse público e exigindo o dispêndio de recursos administrativos para a instauração de novos procedimentos de contratação.	Alto
Id		Responsável

9.2	Estabelecer prazos de execução compatíveis com a complexidade do objeto e com a realidade do mercado; verificar a capacidade logística, regularidade de fornecimento e saúde econômico-financeira do fornecedor, incluindo análise de atestados compatíveis com volume e abrangência; implementar gestão e fiscalização sistemática dos marcos contratuais; manter estoques estratégicos e planejar entregas fracionadas para reduzir impactos de eventuais atrasos.	CONTAB/COMAT/EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO
Id	Ação de Contingência	Responsável
9.3	Promover a rescisão do ajuste, com a imediata convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora; ou, caso isso não seja possível, proceder à contratação emergencial para assegurar a continuidade do serviço.	Equipe de fiscalização/NUCONT

10.1	A ausência de fiscalização efetiva pode resultar na aceitação de objeto em desacordo com as especificações técnicas, aumentando o risco de danos ao erário por pagamentos indevidos e comprometendo o controle sobre o cumprimento das cláusulas contratuais.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
10.2	Estabelecer a obrigatoriedade de designação formal de gestores e fiscais por meio de portaria específica, condicionando o início da execução contratual à capacitação prévia desses agentes quanto às normas vigentes e às rotinas de fiscalização.	COMAT/DMPT
Id	Ação de Contingência	Responsável
10.3	Recompor a equipe de fiscalização e intensificar o monitoramento concomitante, com o objetivo de sanar passivos de acompanhamento e assegurar o cumprimento integral da ata.	COMAT/DMPT

Equipe de Planejamento de Contratação	
Integrante Técnico (Coordenação do órgão demandante)	Integrante Requisitante (órgão demandante)
Luiz Gustavo de Moraes Carmo ID Funcional: 999813242	Biankine Magaton Iamauti ID Funcional: 999812998

TERMO DE REFERÊNCIA

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.011469/2025

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de papel A4, destinado ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – DPRJ, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

Detalhamento do objeto:

- **Item:** Papel A4.
- **Formato:** 210 x 297 mm (A4).
- **Gramatura:** 75 g/m².
- **Unidade de fornecimento:** Resma com 500 (quinhentas) folhas.
- **Quantidade estimada:** 30.000 Resmas.
- **ID CATMAT:** 461819.

1.2. Informações Complementares:

1.2.1. O papel deverá ser compatível com impressoras a laser, jato de tinta e copiadoras, assegurando qualidade adequada de impressão, bom desempenho operacional dos equipamentos e minimização de falhas, como atolamentos. O produto deverá atender às normas técnicas vigentes e, quando aplicável, às diretrizes de sustentabilidade, especialmente quanto à origem da matéria-prima e aos processos de fabricação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de suprimento de Papel A4, insumo essencial ao desempenho das atividades administrativas e finalísticas da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – DPRJ, amplamente utilizado na produção de documentos jurídicos, administrativos, relatórios, expedientes internos, comunicações oficiais e demais registros indispensáveis ao regular funcionamento institucional.

2.2. O consumo de papel A4 na instituição é recorrente e permanente, estando diretamente relacionado à manutenção da eficiência administrativa, à continuidade dos serviços prestados à população e ao adequado cumprimento das atribuições constitucionais e legais da Instituição. A ausência ou insuficiência desse insumo comprometeria a rotina operacional das unidades administrativas e dos órgãos de execução, ocasionando prejuízos à prestação do serviço público.

2.3. A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, estando o objeto registrado no processo administrativo E-20/001.004545/2025, em consonância com o

planejamento institucional e com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, assegurando o alinhamento entre a necessidade administrativa, a programação orçamentária e a estratégia de aquisições da DPRJ.

2.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP se justifica técnica e operacionalmente em função da necessidade de atender à demanda de resmas de papel de forma parcelada ao longo do exercício. O processo contempla uma estimativa consolidada de 30.000 resmas, baseada no histórico de consumo, e o SRP permite que o fornecimento seja realizado de maneira flexível, garantindo a entrega contínua do insumo, evitando superdimensionamento de estoques e prevenindo desabastecimento.

2.5. O parcelamento das entregas ao longo do exercício atende a objetivos operacionais estratégicos, tais como:

- a) Gestão eficiente de estoque: evitando acúmulo excessivo de insumos e garantindo melhor aproveitamento do espaço físico disponível nas unidades;
- b) Otimização logística: distribuindo entregas ao longo do ano, reduzindo custos e impactos relacionados a transporte, armazenamento e manuseio;
- c) Alinhamento à demanda real por unidade: assegurando que o fornecimento acompanhe flutuações sazonais e eventuais alterações no volume de produção documental;
- d) Racionalização de recursos públicos: prevenindo aquisição antecipada em volumes que poderiam gerar desperdício ou imobilização desnecessária de recursos. Dessa forma, o SRP, aliado à estimativa de 30.000 resmas, oferece uma abordagem equilibrada e consistente, garantindo previsibilidade orçamentária, abastecimento contínuo, flexibilidade operacional e eficiência na gestão de estoque e logística, reforçando a coerência interna do planejamento institucional e a adequação ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. A solução consiste na aquisição de papel cortado para escritório, tipo A4, com foco em alta performance para impressoras laser, jato de tinta e fotocopiadoras. A escolha técnica visa minimizar custos de manutenção de equipamentos e garantir a longevidade dos registros documentais.

- **Formato e Dimensões:** A4 (210 mm x 297 mm), com corte preciso e esquadro regular, garantindo alimentação automática sem falhas.
- **Gramatura:** 75 g/m² (gramas por metro quadrado), com tolerância máxima de ± 4%.
- **Cor e Alvura:** Branco, com níveis de alvura compatíveis com os padrões de mercado para papel alcalino de primeira linha, devendo o índice ser comprovado por meio de **ficha técnica do fabricante** ou laudo técnico.
- **Opacidade:** Nível de opacidade adequado para permitir a impressão frente e verso (duplex) sem transparência que prejudique a legibilidade, comprovado mediante **ficha técnica do fabricante** ou laudo técnico em conformidade com as normas vigentes.
- **Tratamento Superficial:** Papel alcalino, com tecnologia de secagem rápida de tintas e resistência à absorção de umidade.

3.2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

3.2.1. O fornecimento deverá observar as seguintes normas técnicas, sob pena de rejeição do lote:

- **ABNT NBR NM ISO 216** Especifica as dimensões finais e tolerâncias para os tamanhos das folhas de papel cortado para escrita e impressão, estabelecendo o padrão para o formato A4.

- **ABNT NBR ISO 536:** Estabelece os métodos de ensaio para a determinação da gramatura (massa por unidade de área) de papel e cartão.
- **ABNT NBR ISO 11475:** Especifica o método para a determinação da alvura CIE, simulando a condição de iluminação de luz do dia (D65/10°).
- **ABNT NBR ISO 2471:** Estabelece os procedimentos para a determinação da opacidade em papel e cartão, utilizando o método de refletância difusa para limitar a transparência da folha.

3.3. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE (SELO VERDE)

3.3.1. Em observância ao art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o produto ofertado deverá ser proveniente de florestas manejadas de forma responsável, garantindo que a origem da matéria-prima seja certificada. A certificação de origem florestal (selo FSC, CERFLOR ou equivalente) é definida como um quesito a ser observado pelo licitante vencedor, constituindo condição para a contratação. A comprovação da conformidade ambiental deverá ser apresentada pelo licitante convocado para a assinatura da ata de registro de preços, de modo a não restringir a competitividade durante a fase de lances.

4. RECEBIMENTO DO OBJETO / MODELO DE EXECUÇÃO

4.1. Os produtos a serem adquiridos, conforme especificações constantes nesse Termo de Referência, deverão ser entregues no horário das 8h às 16h, de Segunda à Sexta-feira, no endereço abaixo:

Unidade	Endereço	Município
Depósito São Cristóvão	Rua Senador Alencar, 220	Rio de Janeiro

4.1.1. O fornecedor vencedor deverá comunicar formalmente à Coordenação de Material a data e horário previstos para a entrega com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelos telefones (21) 2332-6302/6300/6206, no horário de 8h às 16h, de segunda à sexta-feira, e formalizar a operação pelo e-mail comat@defensoria.rj.def.br

4.1.2. O prazo para entrega dos produtos é de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao envio da Nota de Empenho, por e-mail.

4.1.3. A entrega será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Coordenação de Material designado(s) para esse fim.

4.1.4. Os produtos deverão ser entregues em perfeita condição de uso, atendendo às condições e especificações descritas neste Termo de Referência e na proposta de preço apresentada (marca, tipo, modelo, capacidade, dimensões, etc.).

4.1.5. O transportador deve ser instruído para apresentar um quantitativo de colaboradores para descarga compatível ao volume e quantidade dos produtos, sob pena de ocorrer devolução com todas as despesas oriundas do ato sob responsabilidade do fornecedor.

4.1.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constante neste Termo de Referência e Anexo 1A, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da notificação enviada para o e-mail, do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2. Condições de Recebimento Provisório e Definitivo:

4.2.1. Será dado recebimento provisório no ato de entrega e a aceitação definitiva será condicionada à conferência posterior, conforme descrito nos itens 7.3 deste Termo de referência e de acordo com o estabelecido na Lei de Licitações e Contratos 14.133/21

4.2.2. Nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133 de 2021, os objetos deste Termo de Referência serão recebidos:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto, em até 7 (sete) dias corridos a contar da data de entrega;
- b) Definitivamente, em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.2.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução e fornecimento inadequado.

4.2.4. Se, entre a data do recebimento provisório e o definitivo, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

4.2.5. Se, após o recebimento definitivo, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito, a contratada terá 5 (cinco) dias corridos para sanar a situação.

4.3. **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:**

4.3.1. Em razão da natureza do objeto, caracterizado como fornecimento de bem comum, padronizado, de baixa complexidade e baixo risco operacional, não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o pagamento estará condicionado ao recebimento definitivo do material, o que já assegura o fiel cumprimento das obrigações pela contratada.

4.3.2. Da mesma forma, não se justifica a exigência de manutenção ou assistência técnica, tendo em vista que o objeto consiste em material de consumo, sem componentes mecânicos, elétricos ou eletrônicos, não sujeito a desgaste técnico passível de reparo ou manutenção, tampouco demandando suporte técnico especializado após a entrega.

4.3.3. Eventuais inconformidades relacionadas à qualidade, especificação ou quantidade do material fornecido serão tratadas no âmbito do recebimento provisório e definitivo, com a aplicação das medidas administrativas cabíveis, conforme previsto neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

5. **ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **Vigência e prorrogação da Ata de Registro de Preços:**

5.1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D.O. eletrônico da DPRJ.

5.1.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, nos termos do art. 84, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. **Reajuste de Preços:**

5.2.1. Ocorrendo a renovação do prazo da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser reajustados para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento fundamentado do fornecedor. O reajuste terá como base a variação acumulada do IPCA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, e ficará condicionado à negociação entre as partes e à comprovação de que o valor proposto é compatível com os preços de mercado.

5.2.2. Não será admitida a adesão, por terceiros, à ata de registro de preços, visando o controle rígido do planejamento de consumo do órgão.

5.3. **Impactos ambientais e critérios de sustentabilidade:**

5.3.1. A aquisição de papel A4 gera impactos relacionados ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos sólidos após o uso. Como medida mitigadora, a Defensoria Pública deverá garantir que o descarte do material utilizado nas unidades seja realizado via coleta seletiva ou doação para associações de catadores de materiais recicláveis, conforme o Decreto Federal nº 10.936/2022.

5.3.2. Para esta contratação, serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

5.3.3. **Gramatura:** Adoção da gramatura padrão de 75g/m², que utiliza menos massa celulósica que papéis de gramaturas superiores, mantendo a funcionalidade para impressões comuns.

5.3.4. **Certificação Florestal:** Como prática de sustentabilidade, o papel a ser adquirido deve ser fabricado a partir de madeira proveniente de florestas manejadas de forma sustentável, comprovada por certificações como FSC (Forest Stewardship Council), CERFLOR ou similar, garantindo que a matéria-prima não é fruto de desmatamento ilegal. Adicionalmente, deve-se priorizar o uso de papéis com processos de branqueamento que minimizem o uso de cloro elementar, visando a redução de poluentes hídricos.

5.4. **Subcontratação:**

5.4.1. Considerando a natureza do objeto da contratação, consistente na aquisição de papel A4, não se revela adequada a previsão de subcontratação do fornecimento do objeto principal. Trata-se de bem comum, amplamente disponível no mercado, com características técnicas padronizadas e execução simples, que não demanda especialização técnica ou complexidade operacional que justifique a terceirização de parcelas relevantes da contratação. Ademais, a eventual admissão de subcontratação não implicaria incremento de eficiência, economicidade ou qualidade na execução contratual, podendo, ao revés, comprometer a adequada fiscalização, o controle da execução e a responsabilização direta da contratada perante a Administração. Nesse contexto, a execução do objeto deverá ser realizada de forma integral e direta pela empresa contratada, assegurando-se maior segurança jurídica, rastreabilidade do fornecimento e observância rigorosa das condições contratuais estabelecidas. A presente opção administrativa encontra-se devidamente motivada, em conformidade com os princípios da motivação, da transparência e da eficiência, bem como com as orientações consignadas no Acórdão TCU nº 2450/2025 – Plenário.

5.5. **Consórcio e Cooperativas:**

5.5.1. Será admitida a participação de cooperativas no presente certame, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovem possuir objeto social compatível com o objeto da licitação, evidenciando aptidão para a execução das atividades pretendidas pela Administração, sendo vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

5.5.2. A cooperativa deverá demonstrar a existência de modelo de gestão operacional adequado à prestação dos serviços, de forma a assegurar a execução eficiente, organizada e em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital.

5.5.3. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, não sendo tal forma de participação vedada no presente certame.

5.5.4. O consórcio deverá ser formalmente constituído antes da celebração do contrato, mediante a apresentação do respectivo instrumento de constituição, observadas as disposições legais e as exigências deste Edital.

5.5.5. É vedada a participação de uma mesma empresa, simultaneamente, de forma individual e como integrante de consórcio, bem como a participação em mais de um consórcio, sob pena de inabilitação de todas as propostas em que figure.

5.5.6. Para fins de habilitação econômico-financeira, poderá ser exigido do consórcio o acréscimo de até 30% (trinta por cento) sobre os valores exigidos de licitante individual, conforme previsto no art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.5.7. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da participação na licitação e, se vencedoras, pela execução do contrato, na forma da legislação aplicável.

6. OBRIGAÇÕES DA DPRJ E DO FORNECEDOR

6.1. **Obrigações da DPRJ:**

6.1.1. Fornecer à contratada os documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução da Ata;

- 6.1.2. Exercer a fiscalização e gestão da Ata de Registro de Preços;
- 6.1.3. Receber provisória e definitivamente o objeto contratado, nas formas definidas neste TR;
- 6.1.4. Avaliar relatório de entrega do objeto pela contratada, observando os prazos e especificações técnicas estabelecidas neste TR;
- 6.1.5. Notificar a contratada quanto a defeitos ou irregularidades verificadas no objeto da contratação;
- 6.1.6. Efetuar o pagamento de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos na Ata
- 6.1.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações legais assumidas pela contratada;
- 6.1.8. Verificar a regularidade fiscal da contratada antes de efetuar o pagamento;
- 6.1.9. Efetuar os pagamentos à contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- 6.1.10. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da contratada que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores públicos;
- 6.1.11. Aplicar à contratada, caso necessário, as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 6.1.12. Recusar com a devida justificativa qualquer objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da contratada;
- 6.1.13. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela contratada dentro dos prazos preestabelecidos em Ata;
- 6.1.14. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos;
- 6.1.15. A administração poderá monitorar periodicamente os preços praticados no mercado para assegurar a manutenção da vantajosidade da Ata de Registro de Preços.

6.2. **Obrigações do Fornecedor:**

- 6.2.1. Efetuar a entrega do material em estrita observância às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e na proposta de preços, garantindo a integridade e a qualidade do produto;
- 6.2.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação oficial, os materiais que apresentarem danos decorrentes do transporte ou vícios de qualidade verificados no ato do recebimento;
- 6.2.3. Manter rigorosamente atualizadas as informações de contato e localização, visando garantir a eficácia das comunicações e notificações oficiais da Administração;
- 6.2.4. Comunicar formalmente à DPRJ, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem o termo final da entrega, eventuais motivos de força maior ou caso fortuito que impossibilitem o cumprimento do prazo, mediante devida comprovação;
- 6.2.5. Fornecer os produtos nos locais de entrega previstos neste Termo de Referência e fornecer os produtos em escrita consonância com o especificado neste Termo de Referência.
- 6.2.6. Consultar previamente seus fornecedores e parceiros logísticos quanto à disponibilidade e prazos, não sendo admitida a alegação de atraso por parte de terceiros como justificativa para o descumprimento de prazos contratuais;
- 6.2.7. Realizar a entrega, sem qualquer ônus para a DPRJ, estando incluídas no preço ofertado todas as despesas diretas e indiretas, tais como frete, seguros, tributos e encargos trabalhistas;
- 6.2.8. Promover a entrega em embalagens adequadas e resistentes, que garantam a proteção do

material contra umidade e danos físicos durante o transporte, embarque, desembarque e movimentação interna;

6.2.9. Trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado;

6.2.10. Cobrir os riscos a que se julgar exposta, visando a plena execução do objeto licitado;

6.2.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório;

6.2.12. Assumir a responsabilidade civil por todo e qualquer dano ou prejuízo material e pessoal causado diretamente por seus prepostos à DPRJ ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto.

7. QUALIFICAÇÕES

7.1. Qualificação Técnica:

7.1.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da sociedade empresária, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente aquisição, na forma do art. 67, § 9º, da Lei nº 14.133/ 2021 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela DPRJ, desde que reste demonstrado o fornecimento de no mínimo 20% (Vinte por cento).

7.1.2. Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, desde que seu somatório reste demonstrado o fornecimento de ao menos 20% do objeto deste Termo de Referência.

7.2. Qualificação Econômica e Financeira:

7.2.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos:

7.2.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);

7.2.1.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

7.2.2. Considerando a natureza da contratação, que consiste em fornecimento de bens para pronta entrega, e em observância aos princípios da razoabilidade e da ampla competitividade, não se exigirá dos licitantes a demonstração de aptidão econômica através de coeficientes e índices econômicos previstos de forma facultativa no art. 69 da Lei nº 14.133/21, sendo a idoneidade financeira comprovada exclusivamente pela documentação exigida no item 7.2.1.1.

7.3. Comprovação de Conformidade e Avaliação Técnica:

7.3.1. A conformidade do produto será aferida prioritariamente mediante a análise da ficha técnica do fabricante e das certificações exigidas, que devem atestar o atendimento integral às especificações deste termo de referência..

7.3.2. Excepcionalmente, caso a ficha técnica apresentada não seja suficiente para sanar dúvidas quanto ao desempenho do papel no parque de impressoras da DPRJ, a administração poderá, de forma motivada, solicitar ao licitante a apresentação de amostra (01 resma) para teste prático.

7.3.3. **Critérios Objetivos de Avaliação:** Sendo solicitada, a amostra deverá ser entregue em embalagem original de fábrica, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para avaliação dos seguintes critérios:

- Desempenho mecânico: ausência de atolamentos frequentes ou alimentação múltipla em equipamentos de alta performance;
- Qualidade da imagem: fixação uniforme do toner sem borrões;
- Conformidade da embalagem: verificação da marca, selos e especificações correspondentes.

7.4. **Da Prova de Conceito/Avaliação de Catálogo:**

7.4.1. Considerando a natureza do objeto, a realização de Prova de Conceito (PoC) ou Avaliação de Catálogo mostra-se dispensável e desproporcional para a presente contratação. O papel A4 é classificado como um bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas da ABNT. Por se tratar de um item de prateleira (commodity), com baixa complexidade tecnológica e ampla padronização, a garantia da qualidade do material será assegurada pela verificação documental prévia e pela conferência física no ato da entrega (recebimento provisório e definitivo), sem prejuízo da faculdade de solicitação de amostra prevista no item anterior.

8. **PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da atestação da nota fiscal/fatura pelo fiscal da contratação.

8.1.1. O pagamento será efetuado à vista, de acordo com as quantidades efetivamente demandadas e entregues.

8.1.2. A contagem do prazo para pagamento terá início somente após a entrega definitiva do objeto e a devida validação (atesto) por parte da Administração.

8.2. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, cujo número da conta, agência e banco deverão ser indicados pela contratada em sua proposta comercial.

8.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo Fornecedor com CNPJ correspondente ao da empresa contratada/registrada no instrumento contratual ou na ata, observando-se a identidade jurídica do contratado, não se admitindo emissão por empresa diversa daquela formalmente vinculada à contratação.

8.4. A nota fiscal/fatura deverá ser enviada para os fiscais, acompanhada dos documentos e certidões negativas previstos no edital.

8.5. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida ao Fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando o prazo para pagamento a partir da data do atesto, da nota fiscal corrigida.

8.6. Da mesma forma, no caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/faturas, serão estes restituídos ao fornecedor para correções solicitadas, não implicando à Defensoria Pública do Rio de Janeiro quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

9. **FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1. **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta:**

9.1.1. O objeto da contratação enquadra-se como bem ou serviço comum, razão pela qual será realizada licitação, com a adoção do Sistema de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, nos termos do art. 6º, incisos XXXVIII e XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.2. O critério de julgamento da presente contratação será o de menor preço por item.

9.1.3. O valor estimado da contratação será tornado público apenas no momento da abertura da fase de lances, servindo como parâmetro objetivo de aceitabilidade das propostas, de modo a garantir

que os lances guardem conformidade com os preços de mercado referenciados pela Administração.

9.1.4. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro divulgará os valores unitários máximos admitidos para cada item, visando à adequação da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação, caso algum valor ultrapasse o limite estabelecido.

9.1.5. A utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP, com previsão de consumo para 12 (doze) meses, é amplamente adequada para o certame, pois não haverá o compromisso assumido de utilização dos quantitativos máximos estimados.

9.1.6. Caso o prazo da Ata de Registro de Preços seja prorrogado, tal prorrogação não implicará a renovação automática dos quantitativos originalmente registrados, devendo eventual nova previsão de quantitativo ser devidamente justificada com base na necessidade da Administração e na vantajosidade da medida.

9.2. **Critério de aceitabilidade do preço:**

9.2.1. O critério de julgamento escolhido para a contratação é o de menor preço por item, sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item

9.3. **Estabelecimento de reserva de cota ou a exclusividade da licitação para os beneficiários da LC n.º 123/2006:**

9.3.1. A área demandante avaliou a viabilidade de reserva de cota ou exclusividade para os beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 e concluiu pela sua não adoção com base no artigo 48, inciso III, da referida lei. A decisão fundamenta-se na necessidade de garantir a máxima economia de escala para a aquisição de 30.000 resmas, uma quantidade expressiva que exige logística centralizada de transporte e descarregamento no Depósito São Cristóvão . A divisão do objeto em cotas reservadas comprometeria a eficiência administrativa ao pulverizar o fornecimento entre diferentes licitantes, o que elevaria os custos operacionais de fiscalização e dificultaria a padronização técnica do material . Uma vez que o papel A4 é um bem comum com especificações rigorosas de gramatura, alvura e opacidade, a manutenção de um lote único é indispensável para assegurar o desempenho uniforme nos equipamentos de impressão da Defensoria Pública, minimizando riscos de atolamentos e falhas operacionais decorrentes de variações entre marcas distintas fornecidas simultaneamente . Portanto, a presente opção administrativa visa a obtenção da proposta mais vantajosa e a observância do interesse público, garantindo que o fornecimento não sofra solução de continuidade por fragmentação excessiva da demanda

10. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor estimado para esta contratação será previamente definido pelo Núcleo de Pesquisa de Mercado e Cotação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após a realização da pesquisa de preços.

11. **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO**

11.1. A indicação da fonte de recursos e a confirmação da disponibilidade orçamentária serão definidas pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro após a realização da pesquisa de preços.

12. **INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa o contratado que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial da Ata;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 12.1.3. Dar causa à inexecução total da entrega;
- 12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência;
- 12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. Não assinar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida neste Termo de Referência ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- 12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Termo de Referência.
- 12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. O proponente que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:
- a) Advertência por escrito, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multas, na forma prevista neste Termo de Referência;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 12.3. Não obstante as sanções previstas neste item, poderá ser aplicada penalidade referente à inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução da Ata, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato/ata, a qualquer tempo.
- a) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no mesmo.
 - b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total das obrigações contidas na mesma ou recusa injustificada em assinar o contrato/ata, no prazo devido, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.
- 12.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.3.2. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 12.3.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3.4. Das Penalidades Específicas:

12.3.4.1. A pena de multa será aplicada, conforme a gradação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir:

Tabela 01 - Escala de Grau Máximo e Percentuais	
Escala de Grau	Percentual Correspondente
1	3% do valor total da Nota de Empenho.
2	6% do valor total da Nota de Empenho.
3	9% do valor total da Nota de Empenho.
4	12% do valor total da Nota de Empenho.
5	15% do valor total da Nota de Empenho.
6	18% do valor total da Nota de Empenho com prejuízo da possibilidade de cancelamento do registro.

Tabela 2 – Do Recebimento Físico/Execução da Entrega			
Ocorrência	Descrição	Grau (Tabela 01)	% para Aplicação das Penalidades para Ocorrência por Nota de Empenho
1	Permitir situação que cria a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	18%
2	Situação que possa causar danos leves a pessoas durante o transporte ou entrega de papel A4 (ex.: empilhamento inadequado, caixas pesadas).	2	6%
3	Fornecer informação falsa sobre a entrega, quantidade ou tipo/gramatura do papel A4.	2	6%
4	Entregar papel fora dos padrões ou especificações exigidos no Termo de Referência (formato, gramatura, cor, embalagem).	3	9%
5	Apresentação do produto de maneira parcial em relação à Nota Fiscal (entrega incompleta sem a documentação fiscal correspondente).	2	6%
6	Descumprimento das normas de segurança do trabalho durante a entrega, incluindo uso obrigatório de EPIs e regras de acesso ao depósito.	1	3%
7	Falha na comunicação com o transportador sobre normas de entrega (prazo, horários, locais), impactando a logística definida no TR.	2	6%

Tabela 3 – Atrasos x Grau					
Item	Descrição	Dias de Atraso	Grau (Tabela 1)	Quantidade Máxima por Ocorrência por Nota de Empenho	Incidência
1	Por deixar de cumprir os prazos previstos para entrega, conforme previsto no Edital.	Até 05 dias úteis.	1	1	Por ocorrência, sem prejuízo de penalidades do SRP.
2		De 06 Até 10 dias úteis.	2	1	
3		De 11 Até 15 dias úteis.	3	1	
4		De 16 Até 20 dias úteis.	4	1	
5		Acima de 20 dias úteis.	5	1	
6		Acima de 25 dias úteis.	6	1	Por ocorrência, podendo levar ao cancelamento do registro de preço, sem confundir com rescisão contratual.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A totalidade das multas aplicadas não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor da Ata, sem prejuízo de cancelamento da Ata.

12.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirá rito normal, na forma da Resolução DPGERJ n.º 1202 de 18 de janeiro de 2023.

12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133, de 2021, serão designados 3 (três) servidores da Coordenação de Material para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em procedimento próprio no sistema SEI, correlacionado ao processo da contratação, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. O Gestor da Ata nomeado para acompanhar a execução da Ata deverá, no momento da sua nomeação, abrir processo de fiscalização e encaminhar aos fiscais para registro de todas as ocorrências, cabendo aos fiscais a busca por soluções amigáveis e convenientes à execução da Ata e não sendo isso possível deverá comunicar de forma descritiva e detalhada as faltas ou defeitos observados ao gestor da Ata.

13.3. Cada entrega será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Coordenação de Material da DPRJ, designado(s) para esse fim.

13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei n.º 14.133 de 2021.

13.5. O representante da DPRJ com a respectiva atribuição anotará em procedimento no próprio SEI no processo de Fiscalização, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Ata, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.6. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a responsabilidade pela gestão da contratação ficará a cargo de servidor designado.

13.7. Aplicar-se-á Resolução DPGERJ n.º 1173, de 14 de setembro de 2022, que regulamenta a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da DPRJ

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.2. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, conforme disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, quando cabível, em relação aos motivos determinantes da decisão.

14.3. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

14.4. Na proposta deverão constar os preços unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive despesas com tributos, taxas, seguros, frete, encargos e quaisquer outros ônus que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 21/05/2026, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2102996** e o código CRC **9841E838**.

Referência: Processo nº E-20/001.011469/2025

SEI nº 2102996

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.011469/2025

1. INTRODUÇÃO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo avaliar a necessidade da contratação e as alternativas disponíveis, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a aquisição de suprimentos de papel no formato A4.

A contratação justifica-se pela necessidade de recomposição dos estoques das unidades administrativas e operacionais da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), de modo a assegurar a continuidade do suporte documental indispensável ao desempenho de suas atividades institucionais e à prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos seus assistidos.

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO OBJETO

A definição do quantitativo de 30.000 resmas de papel A4 advém de um levantamento técnico pormenorizado que consolida o histórico de consumo das unidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Esta estimativa baseia-se na série histórica de consumo dos últimos 36 meses, compreendendo o período de 2023 a 2025, em que se registrou uma retomada expressiva da atividade processual e administrativa física. Vale ressaltar que a Instituição mantém uma política ativa de digitalização e transição para o suporte digital, contudo, a análise dos indicadores demonstra que o consumo de papel estabilizou-se no patamar de 30.000 resmas anuais. Tal estabilização justifica-se pelo aumento contínuo no volume de atendimentos presenciais e pela necessidade de instrução documental física para o público assistido, que muitas vezes não possui meios digitais de acesso, exigindo a materialização de atos jurídicos e informativos. Portanto, a memória de cálculo, que considerou o fluxo de saída do almoxarifado central e as requisições das sedes regionais, já contempla a mitigação de consumo esperada pela digitalização, representando o quantitativo residual crítico e indispensável para assegurar a continuidade da assistência jurídica integral e gratuita. A respectiva série histórica de consumo referente aos anos de 2023, 2024 e 2025 encontram-se detalhados no Anexo de Histórico de Consumo (2023652), que integra o presente estudo para todos os fins de direito.

3. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE E RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

3.1. Identificação da Área Demandante:

Entidade: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Diretoria: Diretoria de Material, Patrimônio e Transporte (DMPT).

Coordenação: Coordenação de Material (COMAT).

3.2. Responsáveis pela Demanda:

Responsável pela demanda: Luiz Gustavo de Moraes Carmo

Responsável pela elaboração do documento: Pedro Henrique Alves Truta

Telefone: (21) 2332-6300 / (21) 2332-6302

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos para a aquisição de papel A4 pauta-se na padronização necessária para o parque tecnológico de impressão da Defensoria Pública (DPRJ) e na conformidade com as normas de gestão documental. Os requisitos indispensáveis para o atendimento da demanda são:

Desempenho Técnico: O material deve apresentar estabilidade dimensional e gramatura de 75g/m², com superfície de alta lisura e corte preciso (esquadro), visando mitigar o índice de travamentos em equipamentos de alta velocidade e reduzir o desgaste dos componentes internos (roletes e fusores) das impressoras.

Qualidade Gráfica: Exigência de brancura e opacidade mínimas que garantam o contraste necessário para a leitura e a integridade da impressão em frente e verso, essencial para a economia de insumos e redução do volume de processos físicos.

Compatibilidade de Insumos: O papel deve ser compatível com as tecnologias de impressão a laser e jato de tinta utilizadas em todas as unidades administrativas e operacionais, assegurando a fixação do toner e a secagem rápida da tinta.

Critérios de Sustentabilidade: Em observância à legislação ambiental vigente e às diretrizes de compras públicas sustentáveis, o material deve possuir certificação de origem florestal controlada (FSC, Cerflor ou equivalente), atestando a responsabilidade socioambiental da cadeia produtiva.

Proteção Logística e Barreira de Umidade: As resmas devem ser acondicionadas em invólucros com barreira de proteção (polipropileno ou papel parafinado), capazes de manter o teor de umidade original do lote. Este requisito é vital para evitar a higroscopia (absorção de umidade do ar), que causa ondulações no papel e compromete a performance nas impressoras após a abertura das caixas no ambiente de almoxarifado.

Regularidade de Fornecimento: A entrega deve observar o cronograma institucional e as condições de recebimento especificadas, garantindo que as propriedades físicas do material não sejam alteradas por transporte ou manuseio inadequados.

5. PROSPECÇÃO DE MERCADO E ANÁLISE DE VIABILIDADE DAS ALTERNATIVAS

5.1 Aquisição de Papel Sulfite A4 para Atendimento das Demandas Institucionais

5.2 A presente contratação visa suprir a necessidade contínua de papel sulfite A4 para utilização nas atividades administrativas e finalísticas da instituição, incluindo impressão de documentos, expedientes internos, relatórios, peças processuais e demais atos administrativos.

Trata-se de insumo essencial ao funcionamento regular das unidades, cuja ausência compromete a continuidade do serviço público.

5.3 Especificações técnicas mínimas:

Formato: A4 (210 mm x 297 mm)

Gramatura: 75g/m²

Cor: Branco

Tipo: Papel alcalino

Embalagem: Resma com 500 folhas

Compatibilidade: Impressoras jato de tinta e laser

Certificação ambiental (quando aplicável): FSC ou equivalente

5.4 Condições de fornecimento:

Entrega parcelada, conforme demanda

Prazo de entrega a ser definido contratualmente

Garantia de qualidade e substituição em caso de defeito

5.5 Verificou-se que o mercado nacional apresenta ampla oferta do produto, com fabricantes consolidados, tais como:

- Suzano
- Klabin
- Sylvamo

5.6 A comercialização ocorre por meio de:

1. Distribuidores atacadistas regionais
2. Redes varejistas especializadas, como Kalunga
3. Venda direta do fabricante (em grande escala)

A pesquisa de mercado indica que há competitividade suficiente para garantir ampla participação de fornecedores.

5.7

Com base em pesquisa de mercado institucional, identificaram-se as seguintes faixas médias:

Modalidade de Fornecimento	Faixa Estimada por Resma (500 Folhas)
Varejo	R\$ 28,00 – R\$ 45,00
Atacadista	R\$ 23,00 – R\$ 32,00
Direto do fabricante (grande volume)	Inferior a R\$ 23,00

Os valores variam conforme volume contratado, logística e condições comerciais.

5.8 Alternativa 1 – Aquisição via Distribuidor Atacadista

Vantagens:

- Preço competitivo
- Entregas parceladas
- Flexibilidade contratual
- Redução de necessidade de estoque elevado

Conclusão: Alta viabilidade técnica e econômica.

5.9 Alternativa 2 – Compra Direta do Fabricante

Vantagens:

- Menor preço unitário

Desvantagens:

- Exigência de grande volume mínimo

- Necessidade de armazenamento significativo
- Maior complexidade logística

Conclusão: Viável apenas em caso de consumo anual elevado.

5.10 Alternativa 3 – Aquisição via Varejo

Vantagens:

- Rapidez

Desvantagens:

- Custo superior
- Instabilidade de fornecimento

Conclusão: Baixa viabilidade para demanda contínua.

5.11 Após análise técnica e econômica das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa apta ao fornecimento parcelado dos materiais, conforme demanda da Administração.

tal modelo assegura:

Economicidade

Continuidade do abastecimento

Eficiência logística

Adequação à realidade orçamentária

5.12 RESULTADOS PRETENDIDOS:

Garantia de abastecimento contínuo

Redução de risco de descontinuidade administrativa

Obtenção de proposta mais vantajosa

Otimização dos recursos públicos

5.13 Diante da ampla oferta de mercado, da padronização do objeto e da existência de múltiplos fornecedores aptos, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Funcionalidades e Justificativa da Necessidade

O papel A4 constitui suporte indispensável à materialização do acesso à justiça e à garantia da segurança jurídica dos assistidos. Sua necessidade na Defensoria Pública justifica-se pelos seguintes pilares:

- **Eficácia Jurídica:** É o meio essencial para a coleta de assinaturas, formalização de termos de acordo extrajudiciais e instrução de processos onde a prova documental física ainda é exigida por órgãos externos.
- **Garantia de Direitos em Urgências:** Assegura que o assistido possua a cópia física de decisões liminares (como ordens de internação ou fornecimento de medicamentos), permitindo o cumprimento imediato da decisão perante terceiros.
- **Continuidade do Serviço:** Atua como item de contingência operacional, garantindo que o atendimento não seja interrompido por falhas em sistemas eletrônicos ou indisponibilidade de

rede.

6.2. Dinâmica de Execução e Fluxo de Requisições

A execução da solução ocorrerá de forma fracionada para otimizar a gestão de estoque e preservar a integridade do material (evitando exposição prolongada à umidade):

- **Sistema de Registro de Preços (SRP):** As aquisições serão efetuadas por meio de empenhos parciais, conforme a necessidade real dos núcleos de atendimento.
- **Fluxo Logístico:** O fornecedor deverá processar as ordens de fornecimento no prazo estabelecido, realizando as entregas de forma paletizada para facilitar a conferência e o armazenamento.
- **Operabilidade:** O fluxo de reposição será gerido pelo setor de logística, que monitorará o consumo médio para evitar o desabastecimento das unidades de ponta.

6.3. Comprovação de Capacidade Técnica e Provas de Qualidade

Para garantir a segurança jurídica e operacional da contratação, a execução seguirá as seguintes premissas:

- **Qualificação Técnica:** Exigência de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão da empresa em gerir entregas de grande porte e capilaridade, respeitados os limites legais de exigência de quantidades mínimas.
- **Comprovação Documental de Qualidade:** Considerando que o papel A4 possui características técnicas amplamente padronizadas e passíveis de verificação objetiva, a aferição da conformidade do material dar-se-á, prioritariamente, por meio de documentação técnica do fabricante, tais como fichas técnicas, catálogos, laudos de conformidade, declarações formais e demais documentos que comprovem o atendimento às normas técnicas aplicáveis, em especial às normas da ABNT.
- **Conformidade de Lotes:** No ato de cada entrega, o fornecedor deve assegurar que o material mantém os padrões de qualidade aprovados, sob pena de recusa total do lote em caso de desconformidade com as normas da ABNT.

6.4. Gestão e Fiscalização

A fiscalização da solução não se limitará à contagem de resmas, mas à verificação do cumprimento do cronograma logístico e da qualidade do material entregue. Eventuais falhas na execução (como atrasos ou entrega de material avariado) serão objeto de notificação imediata, garantindo que o fluxo de atendimento da Defensoria não seja prejudicado.

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTATADAS

A definição do quantitativo para a presente contratação fundamenta-se em uma análise preditiva detalhada, essencial para o planejamento eficaz do fornecimento e para a garantia da continuidade operacional da Defensoria Pública. O histórico de consumo institucional revela que o processo anterior resultou na internalização de 35.000 resmas de papel A4 (internalizado a partir de 2024); contudo, o cenário atual em janeiro de 2026 registra um estoque remanescente de apenas 8.535 resmas, evidenciando um consumo acentuado no último período. É importante registrar que a flutuação na demanda observada em anos anteriores, notadamente a queda em 2020, foi um fenômeno excepcional decorrente da pandemia global, que impôs o trabalho remoto e a suspensão temporária de atividades presenciais. Com a normalização do atendimento e o fortalecimento das sedes, a demanda retomou níveis robustos, exigindo uma gestão de estoque flexível e adaptável às mudanças do ambiente externo.

Para o planejamento do novo exercício, considerou-se que a média anual de demanda nos últimos três anos foi de 41.000 resmas. Sob uma diretriz de prudência administrativa e eficiência

orçamentária, foi se estabelecida anteriormente como base para o novo pedido o percentual de 60% dessa média histórica, o que totaliza 24.600 resmas. A este valor, aplica-se uma margem de segurança de 20% (4.920 resmas), destinada a absorver oscilações imprevistas e garantir o abastecimento durante o tempo de ressuprimento — período compreendido entre o trâmite do processo licitatório e a entrega efetiva pelo fornecedor. Dessa forma, a quantidade total prospectada para a nova contratação é de 30.000 Resmas (Trinta mil Resmas).

Esta metodologia de cálculo, que soma a demanda projetada ao estoque de segurança e à previsão de ressuprimento, visa mitigar o risco de desabastecimento, considerando que o estoque atual cobre aproximadamente 5 meses de consumo, conforme a média atendida recentemente. Adicionalmente, a análise leva em conta a variação econômica do mercado, observando que o aumento nos custos de produção de papel pode impactar o orçamento geral, tornando o planejamento por ganho de escala a estratégia mais vantajosa para a administração pública. Tal análise detalhada é indispensável para garantir a melhor relação custo-benefício e evitar interrupções no fornecimento de um insumo crítico às atividades finalísticas da Instituição.

Histórico de Requisição do Papel A4 - E-20/001.011492/2023 (Último Processo)							
Item	Descrição do Produto	Unidade de Medida	Processo Anterior Quantidade Total	Processo Anterior Quantidade Internalizada	Requisições	Quantidade Internalizada	Data de Recebimento
1	Papel A4	Resma	35.000	35.000	1º Requisição	15.000 Resmas (E-20/001.005381/2024)	Julho - 2024
					2º Requisição	10.000 Resmas (E-20/001.010175/2024)	Dezembro - 2024
					3º Requisição	10.000 Resmas (E-20/001.005466/2025)	Julho - 2025

A consistência da demanda institucional é corroborada pelo histórico de execução do último processo paradigma (E-20/001.011492/2023), que totalizou a internalização de 35.000 resmas por meio de um fluxo logístico planejado. Este montante foi absorvido em três etapas estratégicas: uma requisição inicial de 15.000 resmas em julho de 2024, seguida por duas requisições subsequentes de 10.000 resmas cada, em dezembro de 2024 e julho de 2025. Esse cronograma de recebimentos evidencia um consumo médio semestral robusto e a necessidade de reposições periódicas para manter a operacionalidade das unidades. A execução integral do saldo anterior em um intervalo de apenas 12 meses entre a primeira e a última grande entrega ratifica a urgência da nova contratação, demonstrando que a cadência de utilização do insumo é incompatível com a atual disponibilidade em estoque, o que exige a recomposição imediata conforme os novos parâmetros de cálculo adotados.

Ponto de Ressuprimento em cenário de histórico de distribuição e consumo (atendimento)	Tempo de Ressuprimento
8.319 (estoque) / 1.641 (média de consumo atendido dos últimos 12 meses)	5 Meses

7.1. Identificação do Objeto:

CATMAT/CATSER - PAPEL A4	
Código	Descrição

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com o objetivo de subsidiar a análise econômico-financeira, foi realizada pesquisa de mercado para resmas de papel A4 (500 folhas, 75g/m²), considerando registros oficiais de licitações e atas públicas de 2025. Tal procedimento assegura que a estimativa reflita preços efetivamente praticados em contratações públicas, proporcionando **fundamentação objetiva e transparente** para a tomada de decisão.

As referências selecionadas contemplam diferentes órgãos municipais com documentação pública disponível, conforme detalhamento abaixo:

Órgão	Preço por Resma	Link
Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes – PE	R\$ XXX	XXXXXX
Prefeitura de Itatiba – SP	R\$ XXX	XXXXXX

Com base no quantitativo de 30.000 resmas definido na justificativa deste estudo e nos valores obtidos mediante pesquisa de mercado, estima-se o valor total da contratação. Considerando as referências da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (R\$ XXX) e da Prefeitura de Itatiba (R\$ XXX), apurou-se um preço médio de R\$ XXX por unidade. Dessa forma, o valor total estimado para a aquisição das 30.000 resmas de papel A4 é de R\$ XXXXXX.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

9.1 Em conformidade com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece que o parcelamento deve ocorrer por itens e não por lotes, o parcelamento do objeto em lotes é inviável, pois trata-se de um item único com especificação padronizada.

9.2 A aquisição será realizada por item único, garantindo padronização do material, compatibilidade com os equipamentos de impressão e manutenção da economia de escala. No entanto, para atender às necessidades institucionais, é prevista a possibilidade de fornecimento em quantitativos parcelados durante a vigência da Ata, permitindo flexibilidade logística sem comprometer a padronização ou a continuidade do abastecimento.

9.3 Essa forma de contratação possibilita ampla competitividade.

10. CONSULTA OU AUDIÊNCIA PÚBLICA

10.1. A Lei n.º 14.133/2021 estabelece, em seu artigo 21, a faculdade da Administração Pública em realizar consulta ou audiência pública como instrumentos de participação social e coleta de contribuições para o aprimoramento das contratações. Tais mecanismos visam sanar dúvidas técnicas ou complexidades específicas de objetos que demandem maior interação com o mercado fornecedor.

10.2. Contudo, a realização de tais procedimentos pode ser dispensada mediante decisão fundamentada, especialmente quando o objeto não apresentar peculiaridades que justifiquem a medida ou quando a ampla divulgação do certame já for suficiente para garantir a competitividade.

10.3. No caso específico desta contratação, não se vislumbra a necessidade de realização de audiência pública ou consulta prévia. O objeto pretendido — papel A4 — possui especificações amplamente consolidadas no mercado e é costumeiramente adquirido pela Administração Pública. Por tratar-se de um item padronizado, de baixa complexidade técnica e ampla oferta, o processo licitatório regular é capaz de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa sem a necessidade de dilação procedimental para diálogos adicionais com o mercado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Foi identificada uma contratação interdependente relacionada à presente aquisição: o contrato de outsourcing de impressoras e copiadoras institucionais. Embora a aquisição de papel A4 possua natureza autossuficiente, a plena execução desta contratação depende da compatibilidade e do funcionamento adequado dos equipamentos de impressão, cuja operação é garantida pelo contrato de outsourcing.

12. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida encontra-se devidamente integrada ao Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, em estrita observância ao Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. O objeto está registrado sob o processo administrativo E-20/001.004545/2025, demonstrando plena convergência com o planejamento estratégico e a programação orçamentária da Instituição.

13. ENQUADRAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

O procedimento a ser adotado para a futura contratação foi definido em consonância com as características do objeto e será conduzido por meio de licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 28, inciso I, combinado com o art. 78, inciso IV, ambos da Lei nº 14.133/2021.

A escolha do Pregão Eletrônico justifica-se pelo fato de o objeto enquadrar-se na categoria de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado. A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se, ainda, na natureza da demanda, que requer aquisições frequentes e parceladas ao longo do exercício, configurando-se como a estratégia mais eficiente para evitar a formação de estoques excessivos, otimizar o espaço físico de armazenamento e possibilitar que a execução orçamentária ocorra conforme a efetiva necessidade de consumo.

O critério de julgamento a ser adotado para aferição, comparação e julgamento das propostas será o de menor preço por item, conforme dispõe o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com base no histórico de consumo de papel A4 nos exercícios de 2023 a 2025 detalhados no documento: 2023652

Observa-se crescimento contínuo da demanda institucional. Em 2023, o total solicitado pelos órgãos foi de 34.076 resmas; em 2024, 41.764; e, em 2025, 49.226, evidenciando aumento progressivo e consistente do consumo anual.

Considerando essa evolução, a presente contratação para o exercício de 2026 tem por objetivo garantir o fornecimento regular e contínuo de papel formato A4, em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades operacionais da Instituição, assegurando a continuidade das atividades administrativas e finalísticas. O histórico demonstra tendência de crescimento da demanda, o que reforça a necessidade de planejamento prévio e dimensionamento adequado do quantitativo a ser contratado, a fim de evitar desabastecimento e interrupções nas rotinas de trabalho.

A contratação busca manter níveis adequados de estoque operacional, prevenindo situações emergenciais e aquisições fragmentadas, que tendem a gerar maior custo e menor eficiência administrativa. Pretende-se, ainda, assegurar a padronização do material fornecido, garantindo uniformidade de qualidade, melhor desempenho em equipamentos de impressão e redução de falhas operacionais, retrabalhos e desperdícios.

Adicionalmente, a medida visa promover maior eficiência na gestão de suprimentos, com previsibilidade no planejamento das aquisições, racionalização dos custos e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público. A consolidação da demanda em procedimento único contribui para obtenção de melhores condições comerciais, maior controle contratual e transparência na execução.

Resultados Pretendidos

Com a contratação para 2026, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. Garantia de abastecimento contínuo de papel A4 ao longo do exercício, evitando interrupções nas atividades administrativas e de atendimento.
2. Redução do risco de compras emergenciais e contratações de menor vantajosidade econômica.
3. Padronização do insumo utilizado pelas unidades administrativas, assegurando qualidade e desempenho adequados.
4. Otimização da gestão de estoques, com melhor controle de consumo e reposição.
5. Planejamento orçamentário mais eficiente, alinhado à tendência de crescimento observada no histórico de consumo.
6. Melhoria da eficiência operacional das unidades, assegurando suporte material adequado ao cumprimento das atribuições institucionais.

Dessa forma, a contratação para 2026 mostra-se necessária, técnica e administrativamente justificada, fundamentada no histórico de consumo e na necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência das atividades institucionais.

As quantidades necessárias para um atendimento eficiente em 2026 estão detalhadas no item 2.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM PREVIAMENTE ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se vislumbram providências prévias a serem adotadas pela Defensoria Pública à celebração do instrumento contratual. A Instituição já dispõe de estrutura logística, almoxarifado adequado e pessoal capacitado para a gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços, tratando-se de objeto de fornecimento rotineiro e baixa complexidade técnica.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Impactos Socio-Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras:

Vislumbram-se impactos socioambientais inerentes ao ciclo de vida do objeto, notadamente o consumo de recursos naturais na fase produtiva e a geração de resíduos sólidos no pós-consumo. Ciente de sua responsabilidade, a Defensoria Pública adotará como medida mitigadora a constante priorização da digitalização de processos, utilizando o suporte eletrônico (Paperless) como ferramenta de controle de demanda e redução da pegada ecológica institucional.

Para o saneamento dos riscos residuais, a Instituição aplicará protocolos de gestão integrada de resíduos, garantindo que o refugo de papel seja segregado na fonte e destinado à reciclagem, em estrita observância à Lei nº 12.305/2010. Tal medida visa assegurar que o impacto ambiental seja mitigado pelo retorno do material à cadeia produtiva, promovendo a economia circular e o fortalecimento de iniciativas de desenvolvimento social.

16.2. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

O presente processo de contratação contemplará integralmente todos os critérios ambientais aplicáveis ao objeto, garantindo que a seleção da proposta mais vantajosa esteja indissociavelmente ligada à preservação ambiental, conforme o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. A aplicação desses critérios será rigorosa e abrangerá:

- **Qualificação na Fonte:** Exigência impositiva de certificação de manejo florestal sustentável (**FSC ou Cerflor ou Equivalente**), assegurando que o papel é oriundo de cadeias de custódia que não

compactuam com desmatamento ilegal.

- **Eficiência e Digitalização:** A prática de sustentabilidade será reforçada pelo incentivo contínuo à digitalização administrativa, garantindo que o consumo do bem ocorra sob o paradigma da estrita necessidade e da máxima ecoeficiência.
- **Especificações Técnicas Sustentáveis:** O Termo de Referência definirá padrões de qualidade que priorizem a reciclabilidade do produto e o uso de embalagens com menor impacto ambiental.

Dessa forma, a Administração Pública assegura que o certame não apenas atenda à necessidade material do órgão, mas também atue como indutor de práticas de sustentabilidade no mercado fornecedor, mitigando riscos de conformidade e fortalecendo a governança ambiental da Defensoria Pública.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante do amplo arcabouço técnico, fático e jurídico coligido no presente Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento manifesta-se, de forma conclusiva, pela plena adequação e viabilidade da contratação pretendida.

A solução delineada — estruturada sob o paradigma da governança socioambiental e da racionalização administrativa — demonstra-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, superando a mera análise de custo-benefício em favor do conceito de melhor valor sobre o ciclo de vida do objeto. A convergência estratégica entre a transição para o suporte digital (política paperless) e a imposição de critérios de sustentabilidade na fonte (certificações de cadeia de custódia) assegura o estrito alinhamento institucional aos objetivos de desenvolvimento nacional sustentável, conforme preceitua o Artigo 11, inciso IV, da Lei número 14.133/2021.

Em face da robustez dos elementos aqui fundamentados, que atestam a aptidão técnica e a conformidade legal da solução para o provimento das atividades administrativas e finalísticas desta Instituição, recomenda-se a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar. Conclui-se pela conveniência e oportunidade do prosseguimento do feito, por restar demonstrada a máxima eficiência e economicidade no planejamento da despesa pública.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL, Subdefensor Público Geral de Gestão**, em 21/05/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2102998** e o código CRC **131D846C**.